

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: TCU autoriza privatização da Eletrobras; veja quais são os próximos passos	2
Título: Empresa se livra de amarras e pode voltar a investir mais	4
Título: Valor das ações deve destravar, diz analista	6
Título: CCEE prepara estudo sobre preço de referência da energia	6
Título: STF encerra debate sobre concessões de serviço público	8
Título: China e mais altas na gasolina vão levar inflação a 9,2%, diz XP	9
Título: UE acelera renováveis, mas vai usar mais carvão	11
Título: Petrobras avalia eólica em alto-mar e bioquerosene	13
Título: Curtas	14
Título: Todos os clientes devem dividir custo do sistema, diz Abradee	15
Título: Siemens planeja ter 100% da Gamesa	17
Título: Copel e Engie vão disputar juntas lotes de transmissão	19
Título: Eletrobras pode salvar semestre fraco para as ofertas de ações	20
Título: Governo restringe créditos de PIS e Cofins sobre diesel	23
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	25
Título: Sachsida sugere usar recursos da Eletrobras para abater alta da luz.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Lira dá ultimato para que governo segure preço de energia elétrica.....	26
VEÍCULO: O Globo	27
Título: Deputados querem limitar ICMS na conta de luz	27
Título: O setor elétrico em curto-circuito	29
Título: Decisão da Aneel abre espaço para encarecer conta de luz.....	31
Título: Imposto justo para mineração	33

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/05/2022****Seção: Brasil****Autor: Murillo Camarotto e Daniel Rittner — De Brasília****Título: TCU autoriza privatização da Eletrobras; veja quais são os próximos passos**

Após quase cinco horas de discursos, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o projeto do governo para a privatização da Eletrobras. A maioria dos ministros acompanhou o parecer do relator, Aroldo Cedraz, restando vencido o ministro Vital do Rêgo, que sugeriu vários ajustes no processo.

A decisão encerra um processo inaugurado em 2018, ainda no governo de Michel Temer. Se concluída, será a primeira privatização do governo Jair Bolsonaro.

Com o sinal verde do órgão de controle, o governo deseja protocolar já na próxima semana a operação de aumento de capital da empresa na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado acionário americano.

Paralelamente, o sindicato de bancos responsável pela operação - liderado pelo BTG - organizará um “road show” para divulgar o processo com investidores nacionais e estrangeiros. Algumas praças financeiras, como Nova York e Londres, deverão estar no roteiro da instituição.

O governo deverá ainda lançar, por meio da Caixa Econômica Federal, uma plataforma no aplicativo do FGTS pela qual trabalhadores poderão optar por investir parte de seus recursos na compra de ações da Eletrobras. Está previsto o uso de até R\$ 6 bilhões oriundos do fundo.

Em seguida, haverá o chamado “bookbuilding”: a coleta das manifestações de interesse na aquisição dos papéis. A demanda determinará o preço final das ações, quando finalmente ocorrerá a liquidação. A expectativa é que aconteça no fim de junho.

Após a operação, a participação da União no capital votante da Eletrobras será reduzida dos atuais 72% para 45%. O controle da empresa passará, então, a ser detido por investidores privados, em uma modalidade conhecida como “corporation”, na qual não há nenhum grande acionista.

O aval do TCU foi anunciado após a apresentação de um voto revisor de Vital do Rêgo. Ele apontou ao menos seis supostas ilegalidades no processo de privatização, entre as quais uma possível privatização involuntária da Eletronuclear, subsidiária que deve permanecer sob controle do governo.

Isso aconteceria devido à dívida de R\$ 2,7 bilhões da Eletronuclear com a Eletrobras, referente ao represamento de dividendos desde 2010. Além de apontar a ausência de publicação dessa dívida nas demonstrações contábeis, Vital disse que a forma de pagamento poderia transferir aos acionistas privados a maior fatia da Eletronuclear.

Pelo desenho apresentado pelo governo, ao final da privatização a União terá 64% do capital votante da Eletronuclear, ficando a nova Eletrobras com os 36% restantes. Os sócios privados também teriam 99% das ações preferenciais, sem direito a voto.

Ocorre que a dívida entre as duas empresas poderia mudar essa correlação. De acordo com a legislação vigente, as ações preferenciais passam a ter direito a voto caso os dividendos não tenham sido pagos devidamente.

Nesse cenário, considerando a dívida de R\$ 2,7 bilhões, os privados teriam maioria no capital votante da Eletronuclear, ou seja, na prática ela seria privatizada. “A política nuclear brasileira vai ser privatizada. Nem o país mais democrata do mundo abdicou de sua política nuclear”, criticou Vital.

Ele também apresentou problemas na política de contingenciamento da Eletrobras. A empresa separou R\$ 9 bilhões para possíveis despesas judiciais somente no balanço do terceiro trimestre do ano passado, operação que elevou o montante total de provisões para R\$ 26 bilhões.

Para Vital, a depender do resultado das ações judiciais que motivaram os contingenciamentos, a União poderia ser lesada. Isso porque uma eventual vitória da estatal nos tribunais transformaria as provisões em lucro e, conseqüentemente, em dividendos para os acionistas privados, que terão uma fatia maior na empresa.

Ele também apontou falhas na precificação de Itaipu e classificou a privatização como “ultrajante” e “negócio de pai pra filho”. “Itaipu está sendo quase dada. Há uma trama por trás de tudo isso.”

Os argumentos não foram suficientes para mudar o rumo do julgamento e a privatização foi autorizada por sete votos a favor e um contra. A presidente do TCU, Ana Arraes, foi a única a demonstrar apoio à tese de Vital. Ela, porém, não votou, o que só ocorre quando há necessidade de desempate.

Os demais ministros defenderam a legalidade do processo e lembraram que o mercado corrigirá eventuais distorções apresentadas pelo voto de Vital.

“Dentro da derrota da tese, tivemos uma clara vitória. As ilegalidades por mim apontadas permanecem, a meu ver, não esclarecidas. Durante os debates, foi dito que o mercado poderia ajustar os rumos da privatização. Mas não é dever constitucional do mercado corrigir as ilegalidades identificadas”, disse o ministro vencido. Ele acredita que o processo será judicializado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Fábio Couto — Rio

Título: Empresa se livra de amarras e pode voltar a investir mais

Depois da aprovação, ontem, da privatização da Eletrobras pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo terá uma corrida contra o tempo para que a capitalização ocorra no menor prazo possível. Será preciso aproveitar uma “janela” que está se fechando, e ainda terá que torcer para que nada de errado aconteça e isso possa, eventualmente, impedir a iniciativa, uma das bandeiras do atual governo. Se tudo der certo, a operação pode assegurar que a companhia volte a investir pesado.

O pedido de vistas ocorrido há 20 dias retardou a emissão de ações, que vai diluir a participação da União no capital votante de 72% para 45%. Uma das principais justificativas do governo é a recuperação da figura de investidora da empresa. Os últimos grandes investimentos da Eletrobras se deram com a implantação das hidrelétricas estruturantes no Norte do país (Santo Antônio, Jirau e Belo Monte).

Naquela época, as usinas já eram consideradas arriscadas. Para garantir os negócios, as subsidiárias da Eletrobras foram as “noivas cobiçadas”, comentário hoje inapropriado, mas que era feito nos bastidores.

Mas o fato foi que as usinas saíram do papel tendo essas empresas como uma espécie de garantidoras. A Operação Lava-Jato, a crise econômica e a conversão

das hidrelétricas que renovaram concessão em 2013 para o regime de cotas, com corte abrupto de receita, impactaram tão fortemente as finanças da empresa que derrubaram a capacidade de investir diante de sucessivos prejuízos. Entre 2012 e 2015, foram R\$ 31 bilhões em prejuízo líquido acumulado, por exemplo.

Além disso, entre 2011 e 2016, a média anual de investimentos da Eletrobras era de R\$ 10,2 bilhões. O nível atual vem girando nos últimos três anos em torno de R\$ 3,5 bilhões. Por isso, uma natural consequência da capitalização é a libertação da Eletrobras das amarras impostas pela Lei 8.666/1993 - a lei das licitações -, o que vai permitir acelerar decisões para comprar equipamentos e formar parcerias. Agilidade é algo que está em voga no setor elétrico, que vê a energia renovável avançar com pé embaixo. Só que a presença da companhia neste segmento não é ostensiva, chega a ser tímida.

Basta ver os números da Eletrobras: a empresa possui 50.491 MW de capacidade instalada, majoritariamente hidrelétrica, correspondente a 28% do parque gerador do país, percentual ainda elevado, mas que já foi quase o dobro há 20 anos. Os últimos leilões de energia para o mercado regulado quase não têm usinas da estatal entre as vencedoras. Na transmissão, a empresa tem 73.779 km de extensão, quase 40% do total nacional, o que alivia o peso da consciência de não estar mais ativa na energia verde.

Mesmo assim, a participação de mercado da companhia vem caindo ano a ano, especialmente porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) barrou subsidiárias de participar de leilões, especialmente a Chesf, que teve muitos atrasos na implantação dos projetos. Com a capitalização acontecendo ainda em junho, como pretende a empresa, uma outra consequência é a reversão do regime de cotas de usinas que totalizam cerca de 12 GW. A chamada descotização vai permitir negociar energia no mercado livre, em que os preços são mais elevados do que a atual receita de geração, em média na casa de R\$ 50 por megawatt-hora (MWh).

Estando liberada para vender energia no mercado livre, o que se espera é que a empresa arrecade mais, de modo que possa investir mais. Esse círculo virtuoso é esperado ansiosamente por quem espera pela capitalização.

A empresa deve protocolar a operação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na semana que vem. Rodrigo Limp, presidente da Eletrobras, disse que passada essa etapa, só faltariam dois passos. Sendo assim, parceiras da Eletrobras no setor, como Engie, EDP, CPFL Energia e Enel, certamente olharão a empresa com

atenção: sem as restrições de uma estatal, a Eletrobras pode se tornar compradora (quem sabe?) e buscar um ímpeto de investimentos que há muito tempo não se vê.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Flávya Pereira — De São Paulo

Título: Valor das ações deve destravar, diz analista

O avanço do processo de capitalização no Tribunal de Contas da União (TCU) deve destravar valor para as ações da companhia. “A capitalização é fundamental para a Eletrobras voltar a ter poder de fogo”, avalia Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

O mercado já apostava na aprovação no tribunal, e as dúvidas se voltavam para processos envolvendo a execução da privatização, diz o analista, como a demanda dos investidores globais em meio a escalada do prêmio de risco de renda variável e a proximidade com as eleições presidenciais, em outubro.

Diante disso, Arbetman acredita que é possível a realização do protocolo para a oferta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na SEC - órgão regulador dos EUA - até o fim do maio, além da realização de road show em até duas semanas após esse prazo e, por fim, fazer a oferta de ações em meados de junho.

Com os avanços no processo de privatização, os recibos de ações (ADRs) negociados na bolsa de Nova York subiam no pós-mercado até a publicação desta reportagem. No pregão regular, os papéis caíram 3,19%, a US\$ 8,50.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: CCEE prepara estudo sobre preço de referência da energia

Entidade abriu uma licitação internacional e quatro consórcios se inscreveram para fazer levantamento

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) deu os primeiros passos para estabelecer o debate sobre a forma como se calcula o preço de referência da energia. A entidade abriu uma licitação internacional e quatro consórcios se inscreveram para realizar estudos sobre vantagens e desvantagens da formação de preços por modelo e por oferta dos agentes. Os estudos serão financiados com recursos do Banco Mundial.

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é calculado por modelos matemáticos, que consideram parâmetros como vazões dos rios, geração térmica e consumo de energia.

Esses modelos consideram as previsões para cada semana da hidrologia, da quantidade de geração térmica e da carga de energia e verificam esses dados nas semanas anteriores. Discrepâncias entre previsões e dados da operação fazem com que o PLD seja mais volátil, o que pode trazer impactos financeiros para quem estiver exposto a ele.

A ideia dos estudos, disse o presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, é analisar se o setor elétrico mantém e aprimora a formação de preços por meio dos modelos ou se os preços passam a ser formados por ofertas dos agentes - com as respectivas estratégias a serem utilizadas. O tema é considerado estratégico na agenda da CCEE. "Temos que enfrentar a questão de preços por modelo versus preços por oferta. Temos que encontrar o melhor modelo para o Brasil", disse Altieri.

A formação de preços por oferta é adotada em alguns países da Europa e em diversos estados nos EUA e em geral é feita da seguinte forma: geradores oferecem uma quantidade de energia para o mercado e consumidores fazem propostas de quanto estão dispostos a pagar por esse volume.

Segundo Altieri, a entidade não tem preferência sobre qual maneira deve se dar a formação de preços.

Em relação ao cenário de consumo de energia no país, Altieri avalia que este não deve voltar rapidamente aos níveis pré-pandemia, diante da atividade econômica ainda fraca no país.

Nos quatro primeiros meses do ano, a demanda foi de 65.256 megawatts (MW) médios, apenas 0,4% acima do verificado em 2019, antes da pandemia, quando o consumo foi de 65.186 MW médios. Comparando com o primeiro quadrimestre

de 2021, o consumo foi 1,3% maior, enquanto em 2020, auge da covid-19, a alta foi de 4,9%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: STF encerra debate sobre concessões de serviço público

No dia em que o Tribunal de Contas da União deu sinal verde para a privatização da Eletrobras o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou um acórdão e pôs fim a quase 20 anos de debate sobre risco jurídico para concessões de serviços públicos que foram transferidos ou tiveram controle societário negociado desde o início da vigência do marco legal das concessões.

O processo foi julgado em março e o relator foi o ministro Dias Toffoli.

A decisão refere-se ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.946, iniciada em 2003, questionando uma alegada violação, pelo Ministério Público Federal do artigo 175 da Constituição Federal - agora julgada improcedente.

As concessões de serviço público, como hidrelétricas, distribuidoras de energia e de gás natural, rodovias e linhas de transmissão, são regidas pela Lei 8.987/1995 - que regulamenta o artigo constitucional.

Segundo a ação movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a transferência de concessões ou do controle societário de concessionárias ofenderia os princípios da isonomia e da impessoalidade.

No entendimento da PGR, toda e qualquer transferência deveria ser precedida de licitação.

Toffoli acolheu a visão de que a Constituição só exige a licitação da outorga inicial das concessões, momento em que há princípio da impessoalidade, porque as licitações são abertas para todos os interessados considerados tecnicamente aptos; e da isonomia, porque as condições são conhecidas previamente por todos os participantes.

Além disso, pontuou Toffoli, a transferência de concessões ou de controle societário de concessionárias não se assemelha a uma subconcessão, justificando o tratamento legal diferenciado.

O artigo 27 da Lei 8.987/1995 prevê a anuência prévia apenas com anuência do poder concedente, seguindo princípios como comprovação de capacidade técnica e financeira, entre outros critérios.

Segundo Vitor Alves Brito, sócio do escritório de advocacia Sérgio Bermudes, a decisão afasta em definitivo o risco jurídico para concessões não apenas de energia, mas de qualquer empresa considerada como de serviço público, como rodovias.

“Na pior das hipóteses, haveria o desfazimento de todas as operações”, disse Brito.

O escritório Sérgio Bermudes representou a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), que ingressou na ação como “amicus curiae” (figura interessada no processo). Isso significa que não atua como parte, mas fornece informações para subsidiar a decisão.

Também ingressaram na condição de amicus curiae a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vários Estados também puderam se manifestar na ação, que teve deliberação inicialmente em plenário virtual, em junho de 2021, e depois foi pautado para julgamento presencial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Marcelo Osakabe — De São Paulo

Título: China e mais altas na gasolina vão levar inflação a 9,2%, diz XP

Projeção anterior para este ano era de 7,4%; percepção de piora tem se difundido entre economistas

A concretização de riscos que vinham sendo monitorados nos últimos meses levou a XP investimentos a revisar novamente sua projeção para a inflação deste

e no próximo ano. Com a mudança, antecipada ao **Valor**, a corretora agora projeta um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no fim de 2022 não mais de 7,4%, mas de 9,2%.

Segundo a economista Tatiana Nogueira, quatro fatores influenciaram para esse novo cenário. O primeiro foi a manutenção da política de “covid zero” na China, que agrava os problemas na cadeia global de suprimentos.

Se antes as restrições à circulação afetavam, principalmente, os embarques no porto de Xangai, agora o problema se estendeu para as estradas e as fábricas, que também tiveram que diminuir a produção. “A expectativa hoje é que, mesmo se o governo abandonar a política, esse efeito ainda vai se fazer sentir por muito tempo, tamanho o atraso já existente. E esse novo choque vai não só prolongar, mas intensificar alguns dos gargalos da cadeia de suprimentos”, diz Tatiana.

Com isso, a projeção da casa para a inflação do grupo de industrializados subiu de 7,5% para 10% no ano.

Outro risco que se materializou foi o aumento do preço dos combustíveis, que “parece uma questão de tempo”. Citando uma defasagem superior a 20% da gasolina nas refinarias, a XP passou a contar com um reajuste nas bombas de pelo menos metade: 10%. Com isso, revisou a projeção para o grupo de preços administrados de 6,6% para 8,6%.

Por fim, dois fatores que também surpreenderam para cima foram o setor de serviços e a inflação dos alimentos. Em relação ao primeiro, Tatiana ressalta a força do setor, que tem conseguido reajustar seus preços mesmo diante de uma inflação alta, beneficiado pela reabertura e também por medidas de estímulo do governo, que mantêm a demanda aquecida. O outro fator é a incorporação dos efeitos secundários da alta dos combustíveis e também novas coletas de preços.

Assim, a estimativa para a inflação de serviços subiu de 7,4% para 8,3%, ao passo que a de alimentos saiu de 9,5% para 11,1%.

A revisão do cenário para a inflação da XP ocorre em um momento de melhora das projeções da atividade e piora das estimativas para o comportamento dos preços. Em um levantamento feito também pela corretora com 45 economistas e investidores institucionais na semana passada, a mediana das projeções para o fim de 2022 indicava IPCA em 8,80%. No último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na semana retrasada, a mediana era de 7,89%.

A alta na projeção em quatro dos cinco grupos que compõem o IPCA fez com que a estimativa para 2023 da XP também subisse, de 4,0% para 4,5%. "A inflação mais alta deste ano acabou carregando uma pressão maior para o ano que vem", diz Tatiana.

Um dos riscos que estão no radar e que poderiam levar a novas revisões é o clima. "Os modelos climáticos agora apontam que teremos um terceiro ano de La Niña, algo que é raro acontecer, e isso pode significar um terceiro ano de menos chuva, mas geadas e frio", diz. Assim, "pode haver impacto sobre o preço dos hortifrúteis e produtos in natura, mas também - em 2023 - algum risco de quebra de safra e nova piora dos reservatórios."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Internacional

Autor: Andy Bounds e Eleni Varvitsioti — Financial Times, de Bruxelas

Título: UE acelera renováveis, mas vai usar mais carvão

A Comissão Europeia deu sinal verde ontem para que os países da União Europeia (UE) queimem mais carvão ao longo da próxima década, enquanto tentam se livrar do petróleo e gás russos. Ao mesmo tempo anunciou um plano de investimentos de mais de € 300 bilhões para melhorar a eficiência energética e acelerar a transição para fontes renováveis.

O carvão é o combustível mais intensivo em carbono, mesmo assim a Comissão Europeia disse que a UE usará 5% mais que o esperado nos próximos cinco a dez anos, enquanto o bloco tenta substituir as importações de energia da Rússia.

Mais energia nuclear também será usada, disse uma autoridade graduada da Comissão Europeia, enquanto a UE anunciava seus planos para reforçar sua infraestrutura energética e se tornar menos dependente de Moscou. O REPowerEU, de € 300 bilhões, prevê € 10 bilhões em investimentos para a criação de estruturas para gás natural, € 2 bilhões para infraestrutura de petróleo e o restante será usado para energias renováveis.

A insistência da UE de que precisa acabar com o uso do petróleo e gás russos é uma das maiores consequências para o bloco da invasão da Ucrânia pela Rússia. A Comissão quer eliminar os laços com a energia russa até 2027, tanto para privar

o presidente Vladimir Putin de receitas, como para ter mais liberdade para agir contra Moscou.

Mas o provável aumento do uso de carvão mostra as consequências de curto prazo para a agenda verdade da UE, embora a Comissão insista que mesmo assim atingirá sua meta de corte nas emissões em 55% dos níveis de 1990 até 2030.

O carvão deverá produzir anualmente, pelos próximos cinco a dez anos, outros 100 terawatts/hora de energia, mais ou menos o consumo de eletricidade da Bélgica. A energia nuclear, que produz pouco carbono mas é impopular entre os ambientalistas por causa dos resíduos gerados, deverá produzir outros 44 terawatts/hora por ano.

Perguntado se o plano REPowerEU é compatível com o “green deal” da UE para descarbonizar a economia, Frans Timmermans, comissário responsável por sua implementação, respondeu: “Não temos escolha”.

Timmermans acrescentou que a Comissão deverá proteger o dinheiro dos contribuintes não investindo nos combustíveis fósseis, que serão eliminados gradualmente. Oleodutos e as infraestruturas de gás financiados pelo REPowerEU são capazes de se adaptar para transportar gases que não emitem carbono, como o hidrogênio e a amônia gerados por fontes renováveis, acrescentou ele.

A dependência do gás russo já caiu de 40% no ano passado para 26%, segundo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. A combinação de medidas de eficiência, grandes investimentos em energia eólica e solar e compras de gás de outros países como os EUA, tem como objetivo zerar o fornecimento russo até 2027.

Os governos terão que afrouxar as regras para permitir a construção mais rápida de projetos de geração de energia eólica e solar. “Se não encurtarmos os procedimentos, jamais chegaremos aos níveis de energia renovável de que precisamos”, disse Timmermans.

A Comissão irritou grupos conservacionistas ao propor vender € 20 bilhões em licenças de emissão de carbono excedentes, o que permitiria a liberação de 250 milhões de toneladas de CO2 sob o esquema de comércio de emissões.

“O plano da Comissão para acelerar a transferência da UE para as soluções de energia limpa, como eficiência energética, energia eólica e solar, é muito bem-vindo”, disse Ester Asin, diretora para a Europa do WWF. “Mas financiar isso

vendendo licenças para poluir é um equívoco, assim com construir mais infraestrutura de gás fóssil ou depender do aumento do uso de biomassa. Isso apenas prolongará nossa dependência das importações de combustíveis fósseis e ameaçará as metas para o clima.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Especial

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Petrobras avalia eólica em alto-mar e bioquerosene

Alternativas em estudo na Petrobras para a atuação da companhia a longo prazo, no contexto da transição para uma economia de baixo carbono, incluem a geração de energia eólica em alto-mar (offshore) e a produção de combustíveis de menor emissão de carbono em biorrefinarias, como o bioquerosene de aviação. As opções foram apontadas pelo presidente da estatal, José Mauro Coelho, em participação em evento sobre o mercado global de carbono no Rio de Janeiro, na manhã de ontem.

O Brasil ainda não tem projetos nesses dois segmentos, que ainda devem ter regulações definidas. Coelho afirmou que a Petrobras colabora com a petroleira norueguesa Equinor para o desenvolvimento de um projeto de eólica offshore batizado como Aracatu, na bacia de Campos, que terá 4 gigawatts (GW) de capacidade. As empresas avaliam a viabilidade do projeto, que teve a ficha de caracterização protocolada, no licenciamento ambiental, em 2020. “A eólica offshore tem grande potencial no Brasil e sinergias com as operações da Petrobras. Essa é uma das alternativas em estudo”, disse Coelho.

De acordo com o executivo, a empresa trabalha com a possibilidade de produzir também biocombustíveis avançados, como o bioquerosene, combustível de aviação com menos emissões. “O bioquerosene de aviação é muito importante para descarbonização da aviação civil”, afirmou.

O presidente da Petrobras destacou que a transição energética vai demandar cooperação. “O alcance dos objetivos climáticos é fundamental para o bem-estar social, o desenvolvimento econômico e para nossa própria competitividade. Desafios dessa magnitude exigem amplo diálogo e cooperação, para se buscar uma transição justa, protegendo os mais vulneráveis e resguardando a segurança energética”, afirmou.

Entretanto, Coelho também ressaltou que, mesmo nos cenários mais acelerados de transição energética, o mundo demandará petróleo “por décadas”. “Acreditamos que transição será lenta e que mundo demandará petróleo por muitos anos”, afirmou.

Nesse sentido, ele apontou que a produção do pré-sal está entre as que tem menos emissões no mundo e destacou a importância de a estatal seguir reduzindo as emissões de carbono na produção de petróleo para ter competitividade. “Nosso petróleo é produzido com 40% menos emissões por barril do que a média mundial. Produzir com maior eficiência e menor intensidade de carbono é uma contribuição imediata e relevante para a redução das emissões”, disse

Coelho afirmou ainda que a companhia tem iniciativas para reduzir emissões também nas refinarias atuais. “A Petrobras terá um dos parques de refino mais modernos e sustentáveis do mundo”, acrescentou.

Executivos da companhia têm afirmado que a Petrobras estuda novos motores de geração de valor, no âmbito da elaboração do próximo plano de negócios para o período de 2023 a 2027, que deve ser publicado no fim do ano. Em teleconferência com analistas, no começo do mês, o diretor executivo de relacionamento institucional e sustentabilidade, Rafael Chaves, disse que a empresa tem um time técnico dedicado a avaliar opções nessa área. O atual plano prevê US\$ 2,8 bilhões em investimentos em descarbonização até 2026.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério de ferro |
Os preços do minério de ferro voltaram a recuar ontem, em meio às crescentes preocupações com o vigor da economia chinesa após indicadores de vendas e produção industrial confirmarem que as medidas de isolamento social para conter o avanço da covid-19 no país também frearam a atividade. No norte da China, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia com baixa de 2,7%, cotado a US\$ 126,60 por tonelada, no nível mais baixo verificado nos últimos quatro meses. Agora, a principal matéria-prima do aço exhibe desvalorização

superior a 11% no mercado à vista somente em maio. No ano, os ganhos acumulados, que já chegaram a 35%, foram reduzidos a 6,4%. Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados da commodity, para entrega no mês de setembro, tiveram queda mais acentuada, de 5,3%, cotados no dia a 791 yuan por tonelada.

Minério de ferro II

Na avaliação do banco suíço Julius Baer, o cenário econômico na China, maior produtora mundial de aço e principal consumidora de minério de ferro, é sombrio e a reação dos mercados às medidas de estímulo anunciadas pelo governo à infraestrutura e construção imobiliária foi considerada morna. “Os preços tiveram leve recuperação nos últimos dias, o que pode ser atribuído sobretudo a alguma cobertura para contratos de curto prazo. Se os mercados de metais tivessem esperança firme em relação às medidas de estímulo, a reação teria sido mais pronunciada. Nós estamos com os mercados”, escreveu o chefe de pesquisas do Julius Baer, Carsten Menke, em nota divulgada ontem. Para o especialista do banco suíço, com a correção das cotações nos últimos pregões, os metais industriais voltaram a níveis de preço condizentes aos fundamentos de mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues — De São Paulo

Título: Todos os clientes devem dividir custo do sistema, diz Abradee

A abertura do mercado livre de energia é uma das poucas pautas que têm praticamente consenso do setor elétrico brasileiro e prevê que o cidadão tenha liberdade de escolha no fornecimento de energia. Entretanto, com a migração de consumidores para outro ambiente de contratação os custos de segurança e expansão acabam sendo divididos por um número menor de clientes que permanecem no mercado regulado.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) defende que na migração, os consumidores levem parte destes custos. O PL 414/2021, que tramita no congresso, prevê a modernização do setor elétrico e facilitará a migração de consumidores para o mercado livre.

Hoje, 65% dos consumidores têm a energia adquirida pelas distribuidoras e 35% compra energia livremente com geradoras ou comercializadoras a preços inferiores. Ao **Valor**, o presidente da entidade, Marcos Madureira, defende que essa migração seja equilibrada, impedindo que os custos do sistema elétrico sejam pagos apenas por quem permanece no mercado cativo, como ocorre hoje.

Para o dirigente, há uma distorção na forma com que é precificada a energia. A contratação de energia no mercado regulado é feita em leilões e assume responsabilidades pela contratação das térmicas a óleo, carvão e gás natural, usinas nucleares e da usina de Itaipu Binacional, que trazem segurança ao Sistema Interligado Nacional (SIN), mas têm custo maior do que outras fontes renováveis.

“Isso faz com que o preço da energia que é colocada na tarifa para os consumidores do mercado regulado seja maior do que é o preço que é negociado no mercado livre. Os consumidores que se interessam pelo mercado livre, compram energia de fontes renováveis, sem a obrigação de comprar de uma fonte que dê sustentação para o sistema elétrico”, explica.

Para Madureira, por este ônus não ser dividido, o modelo cria um incentivo de migração inadequado. Hoje as empresas são obrigadas a contratarem energia em longo prazo (contratos legados) - pela construção do parque gerador existente no Brasil - para atender seus clientes e são obrigadas a honrarem os contratos independente do consumo ou da entrada e saída de consumidores.

“Existe um mecanismo no PL 414 para a criação de um encargo que possa ser assumido por todos os consumidores para tratar este custo desta sobrecontratação”, diz Madureira.

Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mostram que a sobrecontratação das distribuidoras atingirá uma média de 107,7% em 2022 e as concessionárias deverão continuar com sobras contratuais até 2024 ou 2025.

Para o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri Silva, sem o Mecanismo de Vendas de Excedentes e do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits o mercado estaria mais sobrecontratado. Por outro lado, o mercado livre cresce. Em 2016, o ambiente representava 25,5% do consumo no país e em 2021, 34,5%.

Soma-se a isso o crescimento da geração própria no Brasil, que ontem atingiu a marca de 1 milhão de sistemas solares em telhados de casas, empresas, indústrias

e terrenos, e tem dificultado o equilíbrio entre os contratos das distribuidoras e as geradoras.

“Temos que ver qual é o melhor modelo para o Brasil, estamos avaliando as propostas e a partir daí a estratégia de migração para o modelo”, diz Altieri. A CCEE apoia dar mais flexibilidade quanto à contratação no ambiente regulado.

Outro fator que encarece a conta de luz são encargos setoriais e impostos, que representam 49% do total. Só de subsídios, o consumidor vai pagar este ano R\$ 30,2 bilhões. “Dos subsídios, eu suporto só a tarifa social, mas isso deveria ser uma política pública do orçamento público não da tarifa do consumidor de energia”. afirma.

O professor e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana lembra que as distribuidoras compram energia no longo prazo e precisam dar conta desta responsabilidade. Para o acadêmico, o que as distribuidoras podem fazer para baixar a tarifa é o grande dilema e ninguém apresentou uma proposta plausível para solucionar isso. Entretanto, o acadêmico aponta que o rateio para que todos os consumidores arquem com os custos não é uma solução.

“Esta seria a abertura de mercado mais cara do mundo. Você vai obrigar o consumidor a pagar para sair. É igual a libertação dos escravos em 1888, em que os negros pagam por isso até hoje (...) a distribuidora não deve ficar com o mico, mas a saída não deve ser esta. Uma outra conta que fizeram é de criar um encargo em que todos pagam, mas isso não faz sentido”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Leslie Hook e Joe Miller — Financial times, de Londres e Madri

Título: Siemens planeja ter 100% da Gamesa

A Siemens Energy estuda comprar todas as ações que ainda não detém no grupo de turbinas de energia eólica Siemens Gamesa, com ações registradas na bolsa espanhola, na tentativa de obter o pleno controle sobre a consolidada empresa de renováveis.

O grupo alemão, que já controla 67% do capital da fabricante de turbinas, disse ontem que examina apresentar uma oferta por “todas as ações em circulação da

Siemens Gamesa Renewable Energy SA com a intenção de cancelar seu registro em bolsa”.

Uma série de alertas de lucros e de prejuízos da Siemens Gamesa, uma das maiores fabricantes mundiais de turbinas eólicas, resultou na troca de CEOs por parte da empresa. Jochen Eickholt, veterano da Siemens, foi nomeado em março para melhorar seu desempenho.

O subdesempenho da Gamesa obrigou a Siemens Energy a emitir alerta no mês passado e a retirar a projeção, em vista de a empresa alemã ter estimado arcar com custos adicionais de cerca de € 800 milhões em 2022 devido a contratos onerosos e a ineficiências operacionais em sua subsidiária.

Os problemas da Siemens Gamesa fizeram o valor de suas ações cair em mais de 50% ao longo do ano passado - uma retração mais acentuada do que a sofrida por concorrentes como a dinamarquesa Vestas, que também foram prejudicadas pelas turbulências na cadeia de suprimentos.

A Siemens Gamesa foi criada como empresa distinta com ações em bolsa cinco anos atrás, após a fusão da divisão eólica da Siemens com a Gamesa espanhola. A Siemens Energy passou a deter uma participação acionária de 59% na nova empresa após essa operação.

A Siemens Energy foi desmembrada como independente da Siemens em setembro de 2020 e manteve o controle do grupo na Gamesa. As turbulências na fabricante de turbinas impossibilitaram a Siemens Energy de reduzir sua participação sem contabilizar prejuízo enorme, ao mesmo tempo em que a Siemens não podia reduzir sua participação de 35% na antiga subsidiária sem sofrer baque.

A fabricante de turbinas eólicas registrou € 1,35 bilhão em prejuízos nos últimos quatro trimestres, e receita de € 9,57 bilhões no mesmo período.

A empresa enfrentou dificuldades no lançamento de sua nova turbina eólica terrestre, a 5X, que não teve um desempenho tão bom quanto o esperado, o que contribuiu para os prejuízos.

A crise da cadeia de suprimentos global, os elevados preços da energia e o ambiente inflacionário também prejudicaram a empresa, juntamente com seus pares na produção de turbinas eólicas, cujos contratos tendem a ser de longo

prazo e vulneráveis a escaladas repentinas do custo da mão de obra e de matérias-primas.

Apesar dos planos da Europa de mais do que duplicar seu total de instalações eólicas até 2030, as fabricantes de turbinas têm tido problemas em equiparar receita e despesa em um mercado altamente competitivo.

“Todo mundo está com problemas com as condições difíceis do mercado - trata-se de algo como a tempestade perfeita para o setor”, disse Vera Diehl, gestora de carteira da Union, uma das cinco maiores acionistas da Siemens Energy.

“Os custos do frete estão aumentando em ritmo tão acelerado que atinge o segmento muito duramente”, acrescentou, enquanto os contratos da Siemens Gamesa “são desprovidos de cláusulas que permitem repassá-los diretamente” aos clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues — De São Paulo

Título: Copel e Engie vão disputar juntas lotes de transmissão

Leilão de junho tem projetos que exigem altos investimentos e isso justifica a formação de consórcios

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Engie Brasil fecharam parceria para participar em consórcio da concorrência de três blocos, localizados na região Sudeste do país. A estratégia das empresas se explica porque os lotes ofertados exigem investimentos altos e participar em conjunto pode dar mais competitividade, sem prejudicar a capacidade de investimento das empresas.

No início do mês, a Copel havia confirmado ao **Valor** que estudava os lotes 1, 2 e 3 e um consórcio facilitaria arrematar pelo menos um. O Termo de Compromisso foi firmado com a subsidiária Copel Geração e Transmissão, que será responsável por 49% da participação, e a Engie com 51%. O leilão de 2022 está previsto para acontecer no dia 30 de junho e deverá viabilizar R\$ 15,2 bilhões em investimentos.

“Como os lotes ficaram maiores (no leilão), serão necessárias empresas que tenham maior capacidade de caixa, de balanço, engenharia e execução. Então se

competem com ‘players’ de maior nível”, disse o CEO da empresa, Daniel Slaviero, em entrevista ao no início de maio para tratar do balanço trimestral.

Segundo ele informou na época, o arranjo é justificado pelo tamanho dos lotes, em especial os três primeiros, que demandarão investimentos de R\$ 5 bilhões. Outro motivo para as parcerias pode ser a subida de preços em insumos como aço, alumínio e cobre, aumentando os custos de capital, capex e dívida.

Apesar disso, o certame promete ser disputado. Estarão no páreo, EDP, Isa Cteep, CPFL, Alupar, entre outras. Para o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro, o segmento de transmissão do setor elétrico brasileiro é hoje o que apresenta o menor risco político.

“São contratos de longa duração, obras de empreendimentos espalhados pelo Brasil, as regras do leilão e dos contratos são claras e a Aneel conseguiu adotar uma metodologia de fazer lotes de tamanhos diferentes para atrair grandes, médias e pequenas empresas e financiadores de diferentes tipos”, diz.

Segundo Castro, este segmento é o que atrai mais investimentos, o que resulta em desafios significativos e muita competição, dado que são grandes grupos verticalizados que disputam os lotes. Ele compara a transmissão aos setores de distribuição e geração, em que o risco regulatório é maior por conta da intervenção do congresso nacional.

“O segmento de transmissão ainda está blindado em relação ao congresso brasileiro. Deus sabe lá o que pode vir dali quando o congresso perceber e descobrir formas de colocar ‘ovos de jabutis’ nos leilões”, diz o especialista em referência ao jargão usado para propostas onerosas ao setor incluídas nos projetos de lei que provocam custos à sociedade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Finanças

Autor: Ricardo Bomfim — De São Paulo

Título: Eletrobras pode salvar semestre fraco para as ofertas de ações

A área de ofertas de ações no mercado de capitais andou devagar nos primeiros meses do ano, em meio à volatilidade causada pelo aumento dos juros nos Estados Unidos, pela guerra na Ucrânia e pela inflação alta. Até agora, nenhuma

empresa se aventurou a fazer IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) e as captações de companhias listadas (“follow-on”) - dez, no total - somaram apenas R\$ 13,193 bilhões, segundo dados da B3. Agora, os bancos de investimento contam com a privatização da Eletrobras para salvar os números do primeiro semestre.

Estimada por fontes dos bancos em cerca de R\$ 30 bilhões, a capitalização da estatal tem grande probabilidade de ser a maior oferta do ano e resultará em comissões para boa parte dos bancos de investimento do país num período que até agora tem sido magro. Bank of America (BofA), BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA e XP são os coordenadores líderes. Bradesco, Caixa, Citi, Credit Suisse, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Safra também participam da operação.

“Estão todos ansiosos. Acho que Eletrobras será um divisor de águas”, diz um executivo de banco de investimento, que não quis ser identificado. Segundo ele, a oferta da estatal tem demanda identificada e promete ser transformadora para o país.

A privatização da Eletrobras, aprovada ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU), se dará pelo modelo de capitalização, o que significa que novas ações serão lançadas na bolsa, diluindo a participação do Estado de forma que deixe de ser o acionista controlador. No fim do processo, nenhum acionista terá mais de 10% de poder de voto na empresa. É esperado que o processo movimente R\$ 67 bilhões, incluindo R\$ 25,4 bilhões de outorga que irão para o caixa do Tesouro, R\$ 32 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ao longo dos próximos 25 anos e R\$ 9,7 bilhões em compromissos de investimento em bacias hidrográficas para ser realizados em dez anos.

Além da Eletrobras, outras operações estão no radar dos bancos para movimentar o ano. Entre executivos do setor, a leitura é que o quarto trimestre pode ser forte para as ofertas de ações, com as incertezas do período eleitoral ficando para trás. A melhora do cenário para o mercado de capitais passa, portanto, por uma redução nos focos de incerteza que existem hoje.

De acordo com Hans Lin, corresponsável pelo investment banking do BofA no país, há companhias interessadas em fazer IPO ou ofertar mais ações na bolsa, mas há menor disposição em tomar risco agora. “Apesar de termos tido muito fluxo estrangeiro, inclusive em ações, o estrangeiro olha índice e nomes mais líquidos. O processo de precificação de um IPO é muito complexo. Precisamos ter um ambiente mais construtivo para ver os IPOs saindo do papel”, diz.

Lin afirma que o BofA está muito construtivo para o segundo semestre e o pós-eleição. “O mercado está confortável com qualquer que seja o resultado, só precisa tirar a incerteza do meio do caminho.”

Menos otimista, Marcelo Millen, chefe de renda variável para mercado de capitais do Citi Brasil, observa que a “janela” - o período propício para se lançar uma oferta - é muito curta para se esperar um “boom” de operações depois do período eleitoral. O executivo lembra que o tempo mínimo entre o protocolo de um IPO e sua execução é de um mês e a eleição provavelmente terá um segundo turno realizado no início de novembro.

“A empresa teria que tomar a decisão entre 1º de outubro e 14 de outubro, no meio da eleição. E decidir comprar a opcionalidade e fazer o protocolo esperando que o mercado melhore, para depois discutir preço com o investidor a partir de 15 de novembro”, diz ele, ressaltando que pode ser um processo arriscado demais para a maioria das companhias.

Millen cita outras questões que dificultam a realização de ofertas: a volatilidade na bolsa, que prejudica a comparação de preços com pares; a migração de capital da renda variável para a renda fixa; o cenário global de aumento de juros; e o mau desempenho das ações de empresas que fizeram IPO em 2020 e 2021. “Das 70 companhias que abriram capital no período 60 estão abaixo do preço da oferta”, lembra. “Será difícil termos um IPO neste ano com a combinação desses fatores.”

Roderick Greenlees, diretor do banco de investimento do Itaú BBA, diz estar mais conservador agora do que no início do ano. “Esperava de 25 a 35 transações [em 2022]. Agora espero de 20 a 30 transações. Isso inclui follow-ons no ano todo e IPOs, que devem ficar restritos ao quarto trimestre.”

Apesar disso, o executivo mantém suas projeções para o volume de ofertas, que na visão dele devem somar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões em 2022. “Em número de transações vai cair 50% ante o ano passado, mas em volume não cai tanto, porque os follow-ons são de empresas maiores e com mais liquidez”, explica.

No ano passado, foram movimentados R\$ 154 bilhões entre ofertas na B3 e de empresas brasileiras nas bolsas americanas, incluindo IPOs e “follow-ons”.

Segundo Greenlees, boa parte das operações previstas são ofertas subsequentes, mais fáceis de sair porque a referência de preços já existe. O executivo do Itaú

BBA diz que não há nenhum IPO para sair nos próximos dois a três meses, mas não espera que o ano termine sem nenhuma abertura de capital.

Na avaliação dos executivos, as perspectivas para 2023 são mais positivas, inclusive pela demanda represada deste ano. “O mercado de capitais no Brasil está numa trajetória sem retorno. Temos setores novos, companhias novas, então estamos otimistas com 2023 em diante. Podem surgir muitas oportunidades no ano que vem”, diz Millen, do Citi.

Uma explosão de ofertas, contudo, vai depender de um cenário de juros mais favorável. Para Millen, uma Selic abaixo de 10% ao ano já seria o bastante para desbloquear muitos negócios. “Em 2007, nosso melhor ano de IPOs, os juros eram de 10% a 12%”, lembra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2022

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Governo restringe créditos de PIS e Cofins sobre diesel

Distribuidoras de combustíveis e consumidores finais não terão mais direito a aproveitar créditos de PIS e Cofins sobre diesel, querosene de aviação, gás de cozinha e biodiesel com alíquota zero. A União editou ontem medida provisória para retirar o benefício da Lei Complementar nº 192, de março, que alterou a tributação sobre combustíveis. Com a mudança, os créditos valem apenas para produtores e postos de gasolina.

A liberação desses créditos de forma geral era polêmica mesmo entre os tributaristas, que viam em precedentes judiciais empecilhos ao aproveitamento, apesar da redação original da LC nº 192 ter autorizado. Pela nova redação, importadores terão condição diferente de produtores.

Na redação original, a norma, além de reduzir a zero as alíquotas de PIS e Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação, garantia às pessoas jurídicas da cadeia, incluído o consumidor final, a manutenção dos créditos. O texto, porém, foi alterado pela MP nº 1.118, publicada ontem no Diário Oficial, e a previsão geral foi excluída. Manteve-se os créditos apenas para produtores e revendedores de combustíveis.

Ao divulgar a edição do ato, a Secretaria-Geral da Presidência da República se limitou a dizer que a iniciativa “tem por fim aumentar a segurança jurídica nas relações entre a administração pública e os contribuintes, não ocasionando impacto fiscal”. A medida provisória será analisada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Durante a análise das mudanças na tributação dos combustíveis no Congresso, foi estimada renúncia fiscal de R\$ 16,59 bilhões para a União. Mas como a lei estendeu o uso de créditos, a estimativa do governo foi de que a perda poderia ser ainda maior.

Ao impedir o crédito, há uma majoração indireta de tributos, segundo o advogado Fábio Pallaretti Calcini, sócio do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia. Por esse motivo, afirma, a MP deveria observar a anterioridade nonagesimal - ou seja, só poderia produzir efeitos daqui 90 dias. “A lei complementar expressamente disse que haveria crédito a ser mantido, inclusive pelo destinatário final”, diz.

Para Calcini, não se trata de um erro da lei complementar. E ainda que fosse, a Lei de Introdução às Normas do Direito (LINDB) estabelece que correção a texto já em vigor deve ser considerado como lei nova e esperar os 90 dias para entrar em vigor.

A interpretação de que a previsão original da Lei Complementar nº 192, mais generosa com os créditos, seria algum tipo de engano se baseia em precedentes judiciais que já davam sinal contrário ao aproveitamento desses créditos por distribuidoras e aqueles consumidores finais que poderiam apontar os combustíveis como insumos - em geral, transportadoras, empresas do agronegócio e de ônibus.

No começo do ano, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é vedada a constituição e créditos de PIS e Cofins na tributação monofásica. Nesse sistema, ocorre a incidência única da tributação, com alíquota mais elevada, desonerando as demais fases da cadeia produtiva.

O tributarista Julio Janolio, sócio do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, afirma ter adotado uma interpretação mais conservadora de que a alíquota zero não daria direito a crédito a todos da cadeia. “É uma tese em debate com a Receita Federal”, diz.

Segundo Janolio, muitas distribuidoras já não tomavam créditos por causa da decisão do STJ sobre regime monofásico, que se aplica ao diesel, mas a redação original da Lei Complementar nº 192 deixou a questão em aberto.

Octávio Alves, advogado no mesmo escritório, chama a atenção para a questão dos importadores, que concorrem com a produtora mas não terão o mesmo benefício dos créditos, o que pode causar um desequilíbrio já que são adotados preços internacionais. Alves lembra que, no etanol, ambos podem tomar créditos. **(Colaborou Matheus Schuch, de Brasília)**

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 19/05/2022

Seção: Economia

Autor: Iander Porcella

Título: Sachsida sugere usar recursos da Eletrobras para abater alta da luz

Congresso para suspender novos aumentos nas tarifas de energia autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, sugeriu ontem que recursos da privatização da Eletrobras podem ser uma alternativa para abater a alta na conta de luz. O ministro também disse que poderiam ser usados créditos do PIS/Cofins para amortizar as tarifas.

Sachsida participou de encontro na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), que reuniu representantes da Aneel, técnicos do governo, líderes partidários da Câmara e outros parlamentares.

De acordo com participantes do encontro, a conversa se deu em tom “amigável”, mas parlamentares falaram em falta de soluções “concretas”, apesar das hipóteses apresentadas pelo ministro.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, a proximidade do cronograma de reajustes de energia elétrica das distribuidoras que atendem os dois maiores colégios eleitorais do País – Cemig (Minas Gerais) e Enel Distribuição (antiga Eletropaulo), de São Paulo – pressiona o novo ministro de Minas e Energia a buscar alternativas para travar a alta na conta de luz. O presidente Jair Bolsonaro cobra a redução de energia. Ele chegou a prometer 20% de queda na conta de luz, mas, com os reajustes programados das distribuidoras, a queda deve ficar em torno de 6%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 19/05/2022**Seção:** Mercado**Autor:** Lucas Marchesini e Danielle Braiit - Brasília**Título:** Lira dá ultimato para que governo segure preço de energia elétrica

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu um ultimato para que o governo federal encontre uma solução para o aumento nas tarifas de energia. Caso contrário, disse, a Câmara votará um projeto suspendendo os reajustes.

Lira se reuniu nesta quarta (18) com o **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, representantes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e deputados federais para discutir a questão.

“Sachsida saiu daqui com a incumbência de se reunir com distribuidoras, Aneel e parlamentares para discutir uma saída equilibrada”, disse Lira em pronunciamento após a reunião.

“Apesar de ser contratual, [o reajuste] pode ser minimizado”, acrescentou. Agora, prosseguiu Lira, a Câmara espera uma resposta “em um prazo bastante curto”. Caso contrário, a solução poderá vir do plenário da Câmara, concluiu.

Durante a reunião, Sachsida apresentou algumas alternativas, como utilizar os recursos da capitalização da Eletrobras e a antecipação da devolução do PIS/Cofins e ICMS cobrado indevidamente das contas de luz.

Além disso, o ministro demonstrou cautela com a possibilidade de quebra de contratos representada pelo projeto que susta reajustes, o que poderia aumentar a insegurança jurídica no país. Ele indicou que a margem para minimizar os aumentos é pequena, de 2% a 3%.

Lira e os líderes consideraram a faixa insuficiente e pediram uma solução para Sachsida, que acenou com uma reunião com as distribuidoras para discutir a questão.

Para os deputados, o prazo do governo é a próxima terça (24), quando ocorrerá uma reunião de Lira com os líderes partidários.

“Caso essa solução não chegue, o Congresso está pronto para votar o decreto”, disse o deputado Domingo Neto (PSD-CE), autor do projeto que suspende o aumento na tarifa de energia no Ceará.

O projeto é a solução apresentada pela Câmara para impedir o aumento. Até agora, ele contempla apenas o Ceará, cuja tarifa foi reajustada em 24%. Nada impede, entretanto, que a medida seja generalizada quando o texto for pautado para votação. A alta do preço de energia é um assunto sensível diante da inflação em alta em ano eleitoral.

Entre os reajustes já divulgados, o Nordeste é a que teve os maiores aumentos. Depois dos reajustes no Ceará, estão os da Coelba, da Bahia (com 21%) e da Cosern, do Rio Grande do Norte (com 20%). Para a região como um todo, o reajuste será de 17%.

Além da pressão via decreto que suspende os reajustes, a Câmara também já aprovou convites para ouvir Sachsida. As comissões de Fiscalização Financeira e Controle e a de Minas e Energia querem ouvir o ministro sobre a proposta em estudo para privatização da Petrobras e sobre a política de preços da estatal para combustíveis.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2022

Seção: Economia

Autor: Fernanda Trisotto - Brasília

Título: Deputados querem limitar ICMS na conta de luz

Estados não poderiam cobrar alíquota superior a 17%, por meio de proposta que tornaria serviços de água, energia elétrica e combustíveis essenciais. Parlamentares também consideram votar projeto que adia reajuste para 2023

Após pressionarem o governo por uma redução nos reajustes na conta de luz, deputados articulam a retomada de uma proposta que limita a cobrança de ICMS para tarifas de energia elétrica, combustíveis e água à alíquota de 17%. A avaliação dos parlamentares é que essa medida terá efeitos imediatos no bolso da população.

Além disso, o tema impacta a eleição. O presidente Jair Bolsonaro tem criticado a alta dos preços dos combustíveis, pelos efeitos da inflação em sua popularidade.

A proposta, do deputado Danilo Forte (União-CE), passa a considerar os serviços de energia elétrica, combustível e água como essenciais, o que limita a alíquota do tributo estadual que pode ser aplicada. À noite, foi aprovado regime de urgência na tramitação do texto.

— A proposta é no sentido de nominar energia, água e combustível como bens de primeira necessidade. Ninguém altera alíquota, nem mexe com ano fiscal, só faz enquadramento, e os estados são obrigados a baixar a alíquota para 17% — diz o deputado.

Para ele, o ganho é imediato. A expectativa é que haja uma redução de 11% no preço dos combustíveis.

PRESSÃO SOBRE MINISTRO

No caso da conta de luz, alguns estados teriam de fazer um corte significativo. No Rio de Janeiro, a alíquota do ICMS é de 34%; no Distrito Federal, de 25%. Em São Paulo, a alíquota padrão é de 25%, mas pode ser menor conforme a renda familiar e o consumo de energia.

— É uma oportunidade para a população brasileira, que tem muito gasto com energia — defende o deputado.

Pela manhã, Forte participou da reunião entre deputados e o **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**. Segundo o parlamentar, Sachsida se comprometeu a discutir a proposta com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Os parlamentares pressionaram Sachsida e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para apresentarem uma forma de evitar as correções das contas de luz, que chegam a superar os 20%.

Caso não haja uma solução, o Congresso votará o projeto de decreto legislativo (PDL) que adia para 2023 o aumento na conta de luz autorizado pela agência reguladora no Ceará. A medida pode acabar sendo estendida para todos os estados.

A Aneel, porém, argumenta que os reajustes concedidos atendem aos critérios estabelecidos em contrato e suspendê-los aumentaria a insegurança jurídica.

— A gente até entende que tem um desconforto jurídico, mas o aumento é abusivo depois de dois anos de pandemia, com desemprego — afirma o relator do projeto, Vaidon Oliveira (União-CE).

Especialistas do setor elétrico, porém, alertam que suspender o aumento agora é empurrar um problema com a barriga, porque ele será repassado ao consumidor em outro momento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2022

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: O setor elétrico em curto-circuito

O Brasil está se preparando para vender a maior estatal de energia sem discutir um minuto sequer o assunto que está em todos os debates da área: a transição para uma energia limpa, renovável, eficiente e barata. Vender a Eletrobrás custará caro ao consumidor e à competitividade da economia brasileira. Os famosos jabutis do gás não são os únicos seres estranhos do setor. O governo e a Aneel têm tomado decisões que vão encarecer a conta de luz nos próximos anos. Na terça-feira, o órgão regulador decidiu dar sobrevida a uma decisão tomada na época da escassez hídrica e que tem um custo bilionário para o consumidor. Se já não fazia sentido naquele momento, muito menos agora.

A decisão final não foi tomada pela Aneel, mas três diretores baixaram uma resolução alterando as regras do programa emergencial. No ano passado, durante o período de escassez hídrica, foi contratada energia de usina nova a um preço muito alto. Era R\$ 1.600 o megawatt/hora e de energia fóssil. Um despautério, porque há energia ofertada por R\$ 250 o megawatt. A chuva felizmente veio e essa energia não foi mais necessária. Algumas empresas também não conseguiram entregar a energia nova. Pela resolução, elas passarão a ter o direito de vender esses contratos para quem tem térmica parada. Um dos beneficiados com essa decisão é a holding J&F.

Os jabutis enfiados no projeto de privatização da Eletrobras — e já até regulamentados — beneficiam o empresário Carlos Suarez, dono de distribuidoras de gás em lugar onde não tem gás. É por isso que, em vez de se construir as térmicas a gás no Rio, vão fazê-lo nos mais variados endereços do

país, a um custo de R\$ 56 bilhões a serem acrescentados à conta de luz. Ainda será preciso construir os gasodutos que podem chegar a R\$ 100 bilhões.

A privatização deveria ter começado pelas perguntas: o que nos trará uma energia melhor, mais barata, mais atual, e que modelo permitirá mais competitividade à economia brasileira? Nada disso foi perguntado. O modelo de venda pela capitalização foi pensado no governo Michel Temer para ser feito rapidamente e acabou entortado no governo Bolsonaro pela incompetência na articulação no Congresso, onde os lobbies capturaram o projeto de privatizar a Eletrobras.

Há muitas empresas, atuando hoje no Brasil, que estão vendo a direção certa, investindo nas novas energias renováveis. E por novas eu quero dizer solar fotovoltaica, eólica, biomassa. As hidrelétricas na Amazônia não são energia limpa. Podem ser limpas na hora de gerar, e talvez nem isso. Mas são construídas a um alto custo social e ambiental, como foi o caso das usinas do Rio Madeira e da emblemática Belo Monte.

Que energia queremos para o século XXI, para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, para minimizar impactos ambientais e sociais? Qual é o modelo de regulação e de contratação de energia que pode reduzir o custo para o consumidor? Nada disso é discutido. É uma privatização sem eira nem beira, para que o governo possa dizer que é liberal, quando na verdade é um governo liberticida. E o ministro da Economia possa dizer que não vendeu R\$ 1 trilhão como prometeu, mas vai privatizar mais se o país reeleger Jair Bolsonaro. A venda, em um modelo mal pensado, vai ser feita para atender a um discurso de palanque.

Pode-se argumentar que uma parte da venda da Eletrobras vai para a CDE para aliviar a conta de luz. O problema é que há tanto custo extra jogado nos anos seguintes que esse alívio sequer será sentido. Este ano a Aneel aprovou aumentos de até 24%. Mas para o ano que vem já foi jogado por exemplo o começo do pagamento pelo consumidor do empréstimo concedido pelo BNDES para as empresas distribuidoras. Um truque para evitar mais aumentos neste ano eleitoral.

Tudo é assim, casuístico, caro, irracional no setor de energia. O carvão teve seu subsídio renovado até 2040. O Brasil tem contratado energia fóssil a qualquer custo, como o desses contratos emergenciais a R\$1.600, que agora ganharam

sobrevida. O que o Brasil quer do seu setor de energia? Aumentar as emissões e dar um eletrochoque no consumidor?

A privatização da Eletrobras poderia ser um bom momento para reduzir irracionalidades do setor, torná-lo mais eficiente, universalizar a energia e planejar o caminho para o carbono zero.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2022

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti

Título: Decisão da Aneel abre espaço para encarecer conta de luz

Agência reguladora autoriza termelétrica existente da Âmbar a fornecer energia a preço mais alto, referente a programa emergencial

Em reunião de diretoria realizada anteontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o pedido da Ambar Energia de usar a usina termelétrica Mário Covas, localizada em Cuiabá (MS), para suprir a energia contratada por quatro projetos de termelétricas do grupo vencedoras do leilão para contratação emergencial de energia realizado em outubro de 2021.

Diante da pior crise hídrica no país em mais de 90 anos, o governo fez o leilão para contratar energia emergencial para o período de maio de 2022 até o fim de 2025, a um custo de R\$ 39 bilhões. Este ano, porém, o nível dos reservatórios subiu e a medida deixou de ser necessária, na avaliação de especialistas. Como esse custo mais alto de contratação bate no bolso do consumidor, encarecendo a conta de luz, a avaliação é que esse poderia ser o momento de rever esses contratos. Além disso, o programa emergencial oferecia preço mais alto por prever a entrada em operação de novas usinas. Para especialistas, ao autorizar uma termelétrica existente a honrar o contrato a preço alto, isso poderia dar margem a que outras empresas reivindicassem o mesmo tratamento.

— A decisão pode abrir um precedente, contrariando a regra do leilão que foi feito para incentivar a entrada emergencial no sistema de nova capacidade (novas usinas). A Mário Covas já opera—destaca Bernardo Menezes, diretor de Inovação, Produtos e Regulatório da Omega Energia.

Para ele, o ponto central é que essa decisão vai na direção contrária das condições e demandas atuais de mercado:

— Hoje, temos excesso de energia nos reservatórios. O cenário mudou. O racional seria discutir até a revogação desses contratos porque o consumidor não precisa mais dessa energia emergencial, mas vai arcar com esse custo cobrado via encargo na conta de luz.

Das 17 usinas contratadas no leilão emergencial, apenas uma entrou em operação no último dia 1º, conforme previsto em contrato.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), classifica a decisão como um “retrocesso”:

— O leilão foi feito para enfrentar uma possível nova crise hídrica que não veio. As quatro usinas foram compradas pela Ambar num projeto de nova geração. Se foram substituídas por uma termelétrica antiga, a empresa vai estar entrando pela porta dos fundos, e não pela regra do leilão.

Ele também teme que a decisão, que ainda não é final, leve outras empresas a seguirem os passos da Ambar. E destaca haver somas robustas em jogo.

— Há mais de R\$ 200 milhões em multas dessas usinas em jogo. Elas são quase metade da energia contratada no leilão. Sem elas, seriam quase R\$ 20 bilhões a menos na conta do consumidor — diz Pedrosa, que avalia que o atraso nas entregas é oportunidade de a Aneel rever os contratos.

A Ambar é controlada pelo grupo J&F, dona da JBS. A Mário Covas, sozinha, tem capacidade de geração de 480MW, superando a soma das potências das quatro usinas vencedoras do leilão — EdluxX, EPPII, EPIV e Rio de Janeiro I —, de 343,81 MW. Em seu requerimento à Aneel, a empresa reforça que o atraso nas operações das usinas resultaria em R\$ 209 milhões em multa por mês, e por isso solicitou o uso da Mário Covas. Como o preço é tema central no debate, oferece uma espécie de desconto com o uso de Cuiabá.

Procurada, a Ambar informou que as usinas serão entregues no prazo contratual, para adicionar nova geração ao sistema elétrico. “A proposta da companhia mantém a construção das novas usinas, já em andamento, além de reduzir a emissão de NOx (gás de efeito estufa) em 15 vezes e beneficiar o consumidor em R\$ 628 milhões em relação ao projeto inicial”, disse em nota.

O diretor da Aneel, Efrain Pereira da Cruz, relator do processo, diz em seu voto que a usina Mário Covas está indisponível para o sistema elétrico desde 2009, “gerando energia apenas em períodos extraordinários e com autorização da Aneel”. Com isso, e o fato de frisar que a usina não tem contrato de comercialização de energia, avalia que a substituição pela Mário Covas não fere as regras do leilão. Procurada, a Aneel não comentou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2022

Seção: Artigos

Autor: Raul Jungmann

Título: Imposto justo para mineração

A reforma tributária precisa ser estabelecida como um projeto de Estado, e não de governo. Se fosse, provavelmente teria avançado muito mais que as tentativas parciais de seguidos governos. As iniciativas para corrigir distorções no modelo defasado com que convivemos fracassam. A imaterialidade prolongada da reforma tributária representa um dos mais graves componentes de insegurança para que seja viável incrementar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Com isso, abre-se espaço para destinar receitas do setor privado de modo a, supostamente, atender ao custeio da máquina pública com despesas correntes. É o que tem acontecido com a indústria da mineração. O setor continua visto como um fabricante de recursos abundantes. Quando, na realidade, impõe severos riscos ao investidor. É um dos pilares na internalização de divisas ao país. Mas é uma das atividades mais tributadas no mundo, segundo a consultoria EY. Numa cesta de dez minérios, somos o primeiro em carga mais elevada para oito e o segundo para dois. Por isso a mineração é uma das atividades que mais contribuem com impostos e encargos. Sempre que fatura mais, arrecada mais.

Invariavelmente, quando a mineração divulga seus resultados, surgem propostas, por vezes no Congresso, para obter ainda mais receitas, via elevação da compensação pela produção mineral, a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), sem justificativas aderentes à legislação, em confronto com sua natureza jurídica e finalidade constitucional, sem levar em conta o dano à competitividade e aos investimentos. O caso mais recente é o Projeto de Lei 840/2022 na Câmara dos Deputados.

Propõe custear o aumento do piso salarial de enfermeiros pela elevação da CFEM. Indubitável a importância de esses profissionais serem bem remunerados. Mas a proposta tem vício de origem. Contraria a Constituição. E o Congresso não tem autonomia para definir gastos locais, no nível das prefeituras.

Há também o PL 2.337/2020, que muda regras do Imposto de Renda. Passou pela Câmara com emenda que eleva a CFEM. Cabe ao Senado considerar a mesma argumentação sobre a impropriedade de mudança da natureza jurídica da CFEM. Ela é uma receita patrimonial, de caráter não tributário. Merece destaque já ter sido majorada em 2017 em 100% para a maioria dos minérios.

A CFEM deve resultar em investimentos destinados ao desenvolvimento socioeconômico, territorial e de novas fontes de receitas correntes para os municípios que, futuramente, deixarão de contar com a atividade mineral. A indústria da mineração considera que a reforma tributária ensejará debates aprofundados, de modo a equacionar os múltiplos interesses em torno da arrecadação de tributos e dos encargos especiais, caso da CFEM, e a atender ao interesse público da melhor forma possível, sem abrir espaço para distorções, presentes nos dois projetos de lei mencionados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quinta-feira 19 de MAIO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46985
estadão.com.br

Eleições 2022 ___A11

Presidentes do PSDB, MDB e Cidadania escolhem Tebet para terceira via

Executivas nacionais dos partidos ainda precisam referendar indicação; pesquisas mostram alta rejeição a Doria

Os presidentes do PSDB, do MDB e do Cidadania decidiram indicar a senadora Simone Tebet (MDB-MS) como candidata única da terceira via à Presidência. Pesquisas encomendadas pelos partidos mostraram que Tebet teria maior potencial de crescimento do que o ex-governador de São Paulo João Doria, vence-

dor de prévias do PSDB. A decisão ainda precisa passar pelo crivo das Executivas nacionais dos três partidos, que devem se reunir na próxima terça-feira, mas indica que Doria foi rifado. Antes da definição dos presidentes, a cúpula do PSDB já fazia pressão para Doria sair do páreo, com a alegação de que a alta rejeição ao seu nome atrapalha os candidatos do partido.

Entrevista ___A10

'Fui vice do João Doria. Um é diferente do outro.'

RODRIGO GARCIA
Governador de São Paulo

Pré-candidato tucano no Estado evita associação com o antecessor.

E&N Privatização ___B1 e B2

TCU aprova venda da Eletrobras; uso de FGTS é liberado para comprar ação

Caso se confirme, operação deve movimentar R\$ 67 bilhões. Intenção é fechar venda no primeiro semestre.

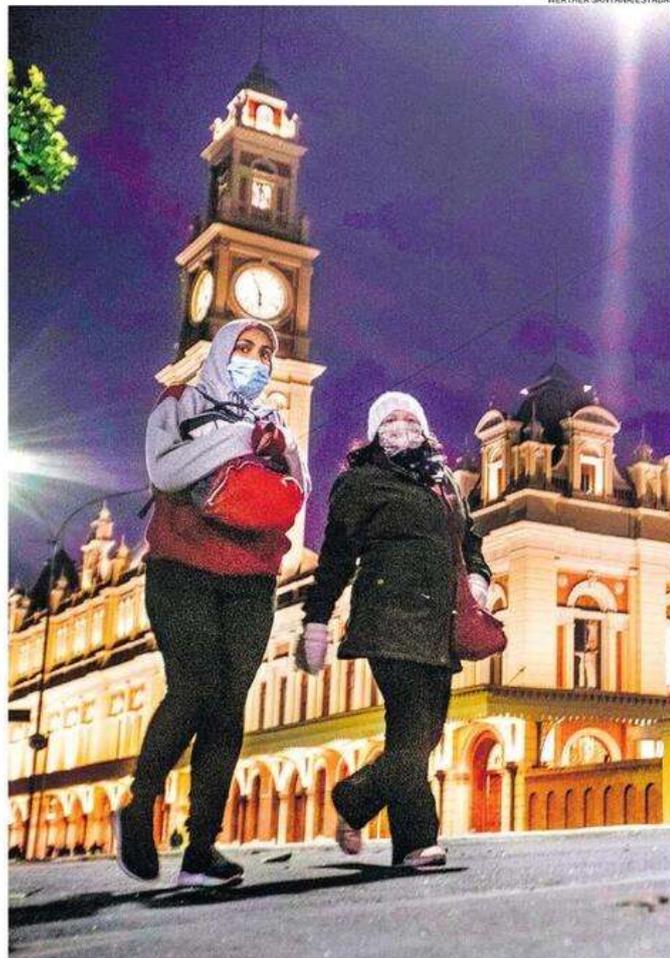


ARCEVO DA FAMILIA

Estreia no teatro ___C8

'Jacksons do Pandeiro', um mundo de ritmos

Curta temporada do Grupo Barca dos Corações Partidos, no Sesc Pinheiros, valoriza jogo de palavras que marcou artista



WERTHER SANTANA/ESTADÃO

SP tem frio recorde para maio em 32 anos

Capital teve mínima de 6,6 graus na área central (foto), registro mais baixo no mês desde 1990. Assistência social a sem-teto ficou mais difícil com dispersão da Cracolândia. ___A17 e A18

Ação contra Moraes ___A13

Toffoli rejeita notícia-crime e Bolsonaro recorre à PGR

Os amigos de Putin ___A14

Hungria obstrui cerco da UE; Turquia veta expansão da Otan

Saúde ___A19

Um em cada 4 hospitais de SP tem falta de remédio

Educação ___A16

Câmara aprova ensino em casa, bandeira bolsonarista

Texto-base do projeto de educação domiciliar no País passa na Câmara dos Deputados por 264 votos a 144.

Notas e Informações ___A3

A democracia tem como se defender

William Waack ___A11
As chances políticas de Bolsonaro diminuíram

Thomas L. Friedman ___A15
O poder das petrolíferas e dos ecologistas

Edição de hoje

3 CADERNOS - 52 páginas



Caderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N: Destacar Economia & Negócios



C2: Cultura & Compartmento

Tempo em SP

7 Min. 16" Máx.



TODA A LINHA CAO A CHERY 2023
A PRONTA-ENTREGA.

VerCapas.com.br

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 34.014

QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022

R\$ 5,00

Câmara aprova texto sobre ensino domiciliar

A Câmara abriu ontem caminho para uma bandeira do governo Bolsonaro ao aprovar projeto que regulamentava o ensino domiciliar, hoje vetado pela Constituição. Os deputados ainda analisarão propostas de alterações antes de enviar o texto ao Senado. Segundo o Datafolha, 78,5% da população se opõe à proposta, criticada por especialistas. **Cotidiano B3**

Ilustrada C6

Ele disse, ela disse

Disputa judicial entre Johnny Depp e Amber Heard, que acusa o ex-marido de violência doméstica, viraliza nas redes com transmissão ao vivo e intensos debates no tribunal.

Equilíbrio B5

Saiba como evitar pele e cabelo ressecados com temperaturas baixas

Bolsonaro vai à PGR após ação contra Moraes cair no STF

Toffoli recusou processo; magistrados veem factóide para tirar foco de inflação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou ontem ação na qual Jair Bolsonaro (PL) acusa o ministro Alexandre de Moraes, também do STF, de suposto abuso de autoridade. O presidente entrou com representação na Procuradoria-Geral da República.

Toffoli afirma que os fatos descritos na peça "não trazem indícios, ainda que mínimos, de materialidade delitiva". A decisão Bolsonaro reagiu com mais um lance de sua campanha contra o STF, recorrendo ao órgão comandado por Augusto Aras, que deve agora se manifestar.

O presidente acusa Moraes, relator de inquéritos que visam Bolsonaro e aliados, de desrespeitar direitos inscritos na Constituição.

Integrantes da corte veem na ofensiva um factóide para mobilizar a base bolsonarista e tentar desviar o foco de problemas como a inflação.

A alta de preços, sobretudo a dos combustíveis, preocupa o chefe do Executivo em ano eleitoral. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamou a iniciativa de Bolsonaro de "mais um episódio de anormalidade institucional", mas evitou confronto. **Política A4**



Mais de 200 mil ficaram sem luz no RS com a passagem da tempestade Yakecan, que derrubou árvores em São Francisco de Paula (foto) Evandro Leal/Agência O Globo

Para indicada à embaixada dos EUA no Brasil, pleito será livre

Elizabeth Bagley, indicada por Joe Biden para ser a nova embaixadora dos EUA no Brasil, disse em sabatina no Senado americano que Jair Bolsonaro "tem dito muitas coisas", mas que as instituições farão "eleições livres e justas". A nomeação de Bagley depende de aprovação do plenário, ainda sem previsão. **Mundo A10**

Fernanda Papa

Falta humanidade para proteger os yanomamis

Tecnologia para mapear os avanços do garimpo, a Polícia Federal tem. Dados dos órgãos da saúde e ambientais para evidenciar violações a que está submetida a população indígena, também. Falta o compromisso de quem tem caneta com a vida. **Tendências/Debates A3**

SP tem 1 morto em noite mais fria de maio em 18 anos

A Prefeitura da capital registrou temperatura média mínima de 7°C e, em Parelheiros, a sensação térmica chegou a -5,4°C. Um morador de rua, Isaias de Faria, 66, morreu. Até o fim de semana, frio e eventos que deixaram milhares sem luz no RS chegarão ao Acre. **Cotidiano B1**

Esporte B7

Seleções masculina e feminina de futebol dos EUA terão salários iguais

Turismo C10

Rede especializada para Santiago de Compostela facilita vida do peregrino

TCU libera privatização da Eletrobras

O Tribunal de Contas da União aprovou ontem, por 7 votos a 1, o processo de privatização da Eletrobras. A decisão dá passe livre para o governo abrir mão de controlar a maior empresa de energia da América Latina. Com o aval, tido como vitória de Paulo Guedes (Economia), o objetivo é concluir a operação o quanto antes.

A venda foi modelada para ocorrer por meio de capitalização em Bolsa. Serão emitidas ações e recibos de ações, respectivamente no Brasil e nos Estados Unidos.

A pasta da Economia conta agora com a atração de fundos soberanos e de previdência, que poderiam injetar vultosos aportes no setor elétrico do país.

Segundo pessoas ouvidas pela Folha, entre os grandes investidores interessados estaria o fundo 3G, gestor de recursos de Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Há sinalizações positivas também da Itaúsa, que tem entre seus negócios o Itaú Unibanco e indústrias como a Alpargatas. **Mercado A14**

Liminar do ICMS pró-União pode fazer diesel subir

Estados e distribuidoras têm alertado que a liminar obtida pela União para suspender os descontos estaduais sobre a alíquota máxima do ICMS para o diesel pode ter efeito contrário, elevando o preço na bomba. O governo tenta conter a inflação nos postos em ano eleitoral. **Mercado A13**

EDITORIAIS A2

Agonia tuicana
Acerca de indefinição da candidatura presidencial.

Transparência às avessas
Sobre preferência de Bolsonaro por sigilo de dados.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Amãnhã	Sãbado	Domãngo
8° 17°	9° 21°	10° 22°

Fonte: www.climatempo.com.br

Janja se casa com Lula e ganha mais voz na campanha

Presença constante ao lado do petista e filiada ao partido desde 1983, a socióloga deverá assumir protagonismo na pré-campanha do marido, mas é criticada por partidários que veem "excessos" em sua participação. O casamento ocorreu nesta quarta (18) em São Paulo. **Política A6**

Dívida global atinge recorde de US\$ 305 trilhões

Mercado A16



Lula e Janja durante a cerimônia, que teve a presença de aliados e amigos Ricardo Snickert/Divulgação

Contra Doria, MDB e PSDB sinalizam apoio a Tebet

Os presidentes de MDB, PSDB e Cidadania vão levar às direções de cada sigla o nome da senadora Simone Tebet (MDB-MS) para ser a candidata única dos três partidos. A decisão advém de pesquisa interna que aponta alta rejeição do ex-governador tuicano João Dória. **Política A5**



Tom Cruise: Ator comenta cenas perigosas sem dublê e conta por que só agora aceitou lançar 'Top gun 2'

SEGUNDO CADERNO



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022 ANO XXVII - Nº 32.427 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

7 A 1 NA VOTAÇÃO

Com aval do TCU, governo corre para privatizar Eletrobras

Corte autoriza venda, que Planalto quer realizar no mês que vem

Por sete votos a um, os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) autorizaram a privatização da Eletrobras, empresa responsável por quase 30% da geração de energia do país. Com o sinal verde da Corte, o governo federal agora acelera para tentar concluir a operação

de venda do controle da estatal até dia 15 de junho, com o intuito de se tomar, em pleno ano eleitoral, a primeira privatização de vulto da gestão do presidente Bolsonaro, que teve na desestatização um dos motes de sua campanha. A judicialização do processo, no entanto,

põe em risco o cronograma do Planalto. Servidores da Eletrobras já acionaram o órgão regulador do mercado dos EUA, e parlamentares da oposição vão entrar na Justiça para travar o negócio. Diante de incertezas, as ações da empresa tiveram queda. **PÁGINAS 11 e 12**

PSDB, MDB e Cidadania se unem para lançar Tebet

Após avaliarem os resultados de pesquisa sobre a viabilidade de pré-candidaturas, os líderes de MDB, PSDB e Cidadania concluíram que a senadora emedebista Simone Tebet é a melhor alternativa para encabeçar a chapa da terceira via à Presidência. Ganhador das prévias tucanas, e ex-governador João Dória não aceitará a decisão e vai recorrer à Justiça. **PÁGINA 4**

O 'sim' de Lula e Janja diante de políticos e artistas



Com a presença de mais de 200 convidados, boa parte deles políticos, como a ex-presidente Dilma Rousseff e o pré-candidato a vice Geraldo Alckmin, e artistas, de Gil do Vigor a Gilberto Gil e as cantoras Daniela Mercury e Teresa Cristina, o ex-presidente Lula e Rosângela Silva, a Janja, casaram-se em uma casa de festas em São Paulo. **PÁGINA 7**

Toffoli rejeita ação de Bolsonaro contra Moraes

Ministro do STF negou notícia-crime apresentada pelo presidente contra o ministro Alexandre de Moraes por abuso de autoridade. Integrantes da Corte viram a ofensiva como uma tentativa de Bolsonaro de mobilizar sua base eleitoral. Depois da negativa, o presidente levou a representação à PGR. **PÁGINA 6**

Indicada à Embaixada dos EUA diz que Brasil terá 'eleições livres'

Em sabatina no Senado americano, Elizabeth Bagley, indicada à Embaixada dos EUA no Brasil, disse que instituições nacionais estão preparadas para garantir processo eleitoral. **PÁGINA 6**

Rússia sinaliza uso de julgamento de ucranianos como arma midiática

Moscou afirmou que quase mil combatentes ucranianos já se renderam em Mariupol e dá sinais de que deve usar julgamento dos prisioneiros como propaganda. **PÁGINA 16**

ENTREVISTA/ FELIPE SANTA CRUZ

'Fora Bolsonaro, teria conforto com qualquer democrata'

ELEIÇÕES 2022 O pré-candidato do PSD ao governo estadual diz que não tem uma aliança robusta com políticos do Rio é bom sinal, afirma estar preparado para o cargo executivo por sua experiência à frente da OAB e não descarta nenhum presidenciável em seu palanque, com exceção de Bolsonaro. **PÁGINA 8**

EDITORIAL

BOLSONARO TEM OBSESSÃO POR APARELHAR JUSTIÇA
PÁGINA 2

MERVAL PEREIRA

A inútil briga da terceira via consigo mesma
PÁGINA 2

MALU GASPAR

Alta do petróleo é maior ameaça a Bolsonaro
PÁGINA 3

GUGA CHACRA

Republicanos querem um líder autocrata. E não é Trump
PÁGINA 17

A construção de uma família



EPOCA
Aos 32 anos, Roberto Bete, homem trans, realizou o desejo dele e de sua companheira, Érika Fernandes, mulher trans, de gerar um filho. Em depoimento a CONSTANÇA TATSCH, ele relata o difícil processo de readaptar o corpo para abrigar Noah, que nasceu dia 10. "Como pai, só quero que ele seja o mais livre possível", diz. **PÁGINA 19**

Argentina faz primeiro censo de comunidade afrodescendente

Novidade no censo nacional, pergunta a todos os argentinos sobre origem africana ou indígena ajudará governo a criar políticas públicas contra racismo estrutural no país. **PÁGINA 18**

ANÁLISE/MARCELO NINIO

Chineses questionam ação do governo sobre Covid

A descrença dos cidadãos na palavra oficial é um dos efeitos preocupantes para o governo da longa quarentena que o país impôs para tentar zerar os casos da doença. **PÁGINA 15**

Câmara aprova projeto que regulamenta o ensino domiciliar

Em votação-relâmpago, deputados aprovaram regras para o chamado *homeschooling*. Projeto dividiu bancada de educação e foi contestado por entidades do setor. **PÁGINA 9**

Entrevistado entre solistas



— Não podemos continuar nos encontrando assim!

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022

NÚMERO 23.612 • 20 PÁGINAS • R\$ 3,00

Imagens de um mestre

Dezesseis fotos icônicas das lentes de Orlando Brito foram projetadas, ontem, no Museu da República. O fotógrafo, que morreu em 11 de março, foi homenageado também como nome de galeria no Espaço Renato Russo. PÁGINA 6



Minervino Jansen/CB/OA Press

Muito além de volantes

Du Queiroz, Danilo e Willian Arão têm algo a mais em comum do que a função de cães de guarda da zaga. Eles avançam ao ataque, pisam na área e tornaram-se válvulas de escape de Corinthians, Palmeiras e Flamengo na temporada. PÁGINA 10



Governo tem aval do TCU para privatizar Eletrobras

Por 7 votos a 1, o plenário do Tribunal de Contas da União aprovou, ontem, a continuidade do processo de privatização da estatal de energia elétrica.

A decisão abre caminho para que o Planalto lance o edital para a venda de ações da companhia, que lucrrou R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre

de 2022. Estimada em R\$ 67 bilhões, dos quais R\$ 25,3 bilhões iriam diretamente para o caixa do Tesouro, a operação pode resultar na primeira

grande privatização da gestão de Jair Bolsonaro. O governo deve registrar a capitalização na semana que vem e lançar a venda de ações

em junho. O Ministério de Minas e Energia comemorou a decisão do TCU. "Trata-se de um dia histórico para o Brasil", elogiou, em nota.

PÁGINA 7

Bolsonaro faz nova ofensiva contra Moraes

Desta vez, ele acionou a PGR, pedindo que o ministro do STF seja investigado por abuso de autoridade. A ação é semelhante à notícia-crime que foi rejeitada por Dias Toffoli. PÁGINA 3

Terceira via

PSDB, Cidadania e MDB vão fechar com Simone Tebet

PÁGINA 2

Estados Unidos

Futura embaixadora vê eleição segura no Brasil

PÁGINA 12



Um novo exorcista na capital federal

O padre Silvío Ambrogio Albertario foi nomeado pela Arquidiocese de Brasília. Ele é pároco da Igreja São Pedro Apóstolo, em Ceilândia. PÁGINA 15

Ed Alves/CB/OA Press



O campo é high-tech!

Equipamentos e técnicas de última geração são atrações na AgroBrasília, a maior feira do setor no Centro-Oeste. Tecnologia como a dos drones pulverizadores estão entre as inovações para a produção. O evento vai até sábado. PÁGINA 17



Renato Alves/Agência Brasília

Parceria para retomar a economia do DF

Em evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), presidido pelo ex-senador Paulo Octávio, o governador Ibaneis Rocha fez um balanço da sua gestão e projetou avanços para a capital. Diálogo entre os setores público e privado foi destacado como fundamental para o crescimento econômico e para geração de empregos. PÁGINA 14

Solidariedade e agasalhos contra o frio

A temperatura caiu e acelerou o trabalho de voluntários que buscam minimizar o sofrimento de pessoas em situação de rua. O Correio acompanhou o trabalho de ativistas sociais em diversos pontos do DF. PÁGINA 13



Marcelo Ferreira/CB/OA Press

Passagem congelada no DF

Secretário da Mobilidade do DF, Valter Casemiro explicou ao CB.Poder que subsídio ao sistema de transporte mantém valor da tarifa. PÁGINA 16



Marcelo Ferreira/CB/OA Press

Brasil carente de defensores

Ao CB.Poder, a presidente da Anadep, Rivana Ricarte, afirmou que o país precisa dobrar a quantidade desses profissionais. PÁGINA 6

Ana Maria Campos

DF pode ter seus três senadores na corrida ao Buri. PÁGINA 14

Denise Rothenburg

Jogos de azar podem bancar piso da enfermagem. PÁGINA 4

Luiz Carlos Azedo

A traição a Dória e a tentativa de refundação do PSDB. PÁGINA 4

Amauri Segalla

Guerra da Ucrânia provoca falência do Google na Rússia. PÁGINA 8

Samanta Sallum

No Lide, Ibaneis critica sucessivos reajustes do combustível. PÁGINA 16

Severino Francisco

De São Paulo à Rodovária, sabor dos pastéis encanta. PÁGINA 17



MME / ASCOM .